



**DECISÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.163/2025**

Processo de Recurso nº 16024/2026, Processo Licitatório nº 24.540/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA EQUIPAR A SECRETARIA DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURAR SUAS SUBSECRETARIAS VINCULADAS**

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA**, em face da decisão que classificou a empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA**. como vencedora do Item 01 no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, Processo Administrativo nº 24.540/2025.

**I) DOS FATOS**

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

**II) DO RECURSO**

Encerrada a fase de julgamento das propostas, foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso, a qual foi registrada pela Recorrente e, posteriormente, formalizada dentro do prazo legal, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

A Recorrente, em suas razões, pugna pela desclassificação da proposta da empresa vencedora, alegando, em síntese:

a) **Adoção de critério de julgamento não previsto no edital**, tendo em vista que a desclassificação foi fundamentada em parâmetro dimensional (altura aproximada de 40 cm) para caracterização de gabinete "mid-tower", o qual não consta no instrumento convocatório, configurando inovação indevida no julgamento;

b) **Utilização indevida de nomenclatura comercial do fabricante como critério eliminatório**, sustentando que a classificação do equipamento como "mini-torre" não possui padronização



técnica formal e não pode prevalecer sobre a análise das características funcionais e estruturais do produto;

**c) Violação aos princípios do julgamento objetivo, vinculação ao edital e isonomia**, sob o argumento de que, diferentemente de outros requisitos (como baias e certificações), não foi admitida interpretação por equivalência técnica no caso do gabinete, evidenciando tratamento desigual;

**d) Ausência de comprovação efetiva de descumprimento técnico**, defendendo que a desclassificação decorreu de interpretação subjetiva e restritiva, e não de incompatibilidade objetiva com as exigências editalícias;

**e) Demonstração de atendimento material ao requisito exigido**, mediante apresentação de registros fotográficos e argumentação técnica que indicam que o gabinete ofertado possui características compatíveis com o padrão "mid-tower", independentemente da nomenclatura adotada pelo fabricante.

### **III) DAS CONTRARRAZÕES**

Devidamente intimada, a empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA** apresentou contrarrazões, também de forma tempestiva, nas quais rebate integralmente os argumentos recursais, defendendo, em síntese, afirma a tempestividade da manifestação e resume que o recurso se baseia na alegação de equivalência técnica do gabinete ofertado.

No mérito, sustenta que o edital foi claro ao exigir gabinete padrão "mid-tower", caracterizando requisito técnico objetivo. Argumenta que, embora não haja norma técnica formal, existe padronização consolidada no mercado, com diferenças substanciais entre "mini-torre" e "mid-tower", especialmente quanto à capacidade de expansão, compatibilidade de hardware e ventilação, impactando diretamente o desempenho do equipamento.

Defende que a aceitação de equipamento classificado pelo próprio fabricante como "mini-torre" violaria os princípios da vinculação ao edital, isonomia e julgamento objetivo, sendo vedada pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência do STJ e TCU.

Afasta a tese de equivalência técnica, sob o argumento de que ela não se aplica quando há exigência expressa e objetiva no edital, como no caso do padrão "mid-tower". Também refuta a alegação de inovação de critério, afirmando que a Administração apenas utilizou parâmetros técnicos usuais de mercado para verificar a conformidade.

Por fim, sustenta que a decisão da pregoeira foi correta ao exigir comprovação inequívoca do atendimento ao requisito, em respeito à segurança jurídica e ao interesse público.

### **IV) DA ANÁLISE TÉCNICA**

Em atendimento ao princípio do julgamento objetivo e considerando a natureza técnica das alegações apresentadas no recurso, os autos foram submetidos à análise da área técnica competente, a qual se manifestou de forma fundamentada acerca dos pontos controvertidos.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O**

### *Comissão Permanente de Pregão III*

A controvérsia recursal restringe-se à verificação do atendimento ao requisito técnico mínimo previsto no Termo de Referência, consistente na exigência de gabinete padrão "mid-tower", cuja não conformidade fundamentou a desclassificação da recorrente.

Inicialmente, cumpre destacar que o requisito de gabinete "mid-tower" possui natureza técnica estrutural e classificatória, estando diretamente relacionado à padronização do objeto a ser contratado. Embora não exista norma técnica formal que estabeleça critérios rígidos para a distinção entre "mini-tower" e "mid-tower", tal classificação é amplamente consolidada no mercado de tecnologia da informação, sendo utilizada por fabricantes, integradores e literatura técnica especializada. Trata-se, portanto, de conceito técnico reconhecido, cuja definição envolve um conjunto de características integradas, tais como dimensões físicas, compatibilidade com placas-mãe, capacidade de expansão, bem como condições de ventilação e dissipação térmica.

No caso concreto, a análise técnica dos documentos apresentados pela recorrente evidenciou que o equipamento ofertado possui altura aproximada de 35,4 cm, compatível com gabinetes compactos, além de ser expressamente classificado pelo próprio fabricante como "mini-tower". Tais elementos, analisados de forma conjunta, indicam de maneira consistente que o produto não se enquadra no padrão "mid-tower" exigido no edital. Ressalte-se que a classificação do fabricante não foi utilizada como critério isolado, mas sim como elemento técnico relevante, corroborado pelas características físicas do equipamento.

No que se refere à alegação de ausência de critérios objetivos no edital, não assiste razão à recorrente. A utilização de terminologia técnica consagrada, como "mid-tower", implica necessariamente a adoção de seu significado usual no mercado, sendo desnecessária a explicitação exaustiva de todos os seus atributos físicos no instrumento convocatório. Admitir interpretação dissociada desse entendimento acarretaria subjetivação do julgamento, insegurança jurídica e comprometimento da padronização do objeto licitado.

Da mesma forma, não se verifica inovação indevida de critério por parte da Administração. A análise realizada limitou-se à interpretação do requisito técnico à luz de padrões usuais de mercado, utilizando-se de elementos objetivos para aferição da conformidade do produto ofertado. A eventual referência a características dimensionais típicas não configura criação de requisito novo, mas sim instrumento técnico auxiliar de verificação.

No tocante à alegação de equivalência técnica, também não merece prosperar. Tal instituto é aplicável, em regra, a requisitos relacionados a desempenho, eficiência ou certificações, não sendo cabível quando se trata de característica estrutural e classificatória do objeto. A aceitação de equipamento classificado como "mini-tower" como equivalente a "mid-tower" implicaria, na prática, alteração do próprio objeto licitado, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Quanto à alegação de tratamento desigual, verifica-se que a diferenciação de análise decorre da própria natureza dos requisitos técnicos. Enquanto aspectos relacionados a



*Comissão Permanente de Pregão III*

desempenho ou certificações podem admitir equivalência técnica, requisitos estruturais exigem aderência objetiva, não havendo, portanto, violação ao princípio da isonomia.

Importante destacar, ainda, que a Administração Pública deve assegurar que o objeto contratado atenda, de forma inequívoca, às suas necessidades. A aceitação de proposta que não comprove de maneira clara o atendimento a requisito técnico essencial implicaria risco à adequada execução contratual, comprometendo a padronização do parque tecnológico e podendo ocasionar prejuízos ao interesse público. Nesse contexto, a exigência de comprovação objetiva mostra-se plenamente alinhada aos princípios da eficiência, segurança jurídica e interesse público.

A presente análise encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da isonomia (art. 5º), bem como nas disposições que determinam a observância dos parâmetros mínimos de qualidade e a desclassificação de propostas em desconformidade técnica (arts. 34 e 59). Ademais, a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União reafirma a impossibilidade de aceitação de proposta em desacordo com as especificações do edital, bem como a vedação à flexibilização de requisitos técnicos objetivos.

Diante de todo o exposto, conclui-se que o equipamento ofertado pela recorrente não atende ao requisito técnico de gabinete padrão "mid-tower", não havendo que se falar em inovação de critério, tampouco em aplicação de equivalência técnica no caso concreto. Assim, a decisão administrativa que promoveu a desclassificação da proposta mostra-se técnica e juridicamente adequada.

## **V) DA ANÁLISE DA PREGOEIRA**

Controvérsia restringe-se à verificação da conformidade do equipamento ofertado com a exigência editalícia. Conforme parecer técnico, o produto apresentado possui dimensões compatíveis com gabinetes compactos e é classificado pelo próprio fabricante como "mini-tower", o que evidencia sua não aderência ao padrão exigido.

No tocante às alegações da recorrente, não se verifica ausência de objetividade no edital, tampouco inovação de critério. A utilização da expressão "mid-tower" remete a conceito técnico consolidado no mercado, sendo legítima sua interpretação à luz de padrões usuais.

Igualmente, não se aplica ao caso o instituto da equivalência técnica, uma vez que o requisito em análise possui natureza estrutural, exigindo aderência objetiva, sob pena de descaracterização do objeto licitado.

Ressalte-se que o ônus da comprovação do atendimento às especificações é do licitante, não podendo eventual dúvida técnica ser interpretada em favor da proposta, sob pena de comprometimento da segurança da contratação e violação aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão III*

Dessa forma, considerando a análise técnica e os elementos constantes dos autos, não se identificam fundamentos aptos a afastar a decisão anteriormente proferida.

#### VI) DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria técnica, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto por **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo a decisão de habilitação anteriormente proferida em relação à empresa **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA**.

Por fim, esta decisão será publicada na íntegra em [www.pmnf.rj.gov.br/licitacao](http://www.pmnf.rj.gov.br/licitacao) e seu extrato em [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Nova Friburgo, 29 de abril de 2026.

**Fernanda Medeiros Rodrigues**

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036